DIÁRIO OFICIAL DO
LEGISLATIVO

Ano XXVI - N° 5.097 Quarta-feira, 25 de Outubro de 2017

Lorena Brandão destaca a Reforma Protestante

Sessão especial sobre o tema foi realizada na noite de segunda-feira, 23, no Plenário Cosme de Farias

Foto: Valdemiro Lopes



A vereadora Lorena Brandão (PSC) enfatizou que a "Reforma Protestante foi um marco também na educação e teve papel fundamental para a democratização da leitura da Bíblia". O evento foi conduzido pelo presidente da Câmara, vereador Leo Prates (DEM). O deputado estadual Heber Santana (PSC) pontuou que a Reforma Protestante é importante para toda a história do ocidente nos aspectos morais, éticos e educacionais".

LEIA MAIS NA PÁGINA 3

Fecomércio-Ba é homenageada em seu 70º aniversário

A sessão especial foi realizada na manhã de terça-feira, 24, no Plenário Cosme de Farias

Foto: Reginaldo Ipê



Entidade responsável por representar e integrar sindicatos patronais e empresas do comércio da Bahia, a Federação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio-BA) completou 70 anos em 9 de agosto. O presidente do Legislativo, vereador Leo Prates (DEM), falou sobre o cuidado da Fecomércio-BA em acompanhar as atividades legislativas. O vereador Joceval Rodrigues (PPS) destacou a importância da Federação na discussão da cidade com o Executivo e o Legislativo.

LEIA MAIS NA PÁGINA 4

Quarta-feira,
25 de Outubro de 2017

Ano XXVI
N° 5.097

Debate sobre lei que regula profissão de mototaxista

Novo encontro com a categoria acontece nesta quarta-feira (25), às 9h



Foto: https://i1.wp.com/informebaiano.com.br

A Câmara Municipal de Salvador, por meio do vereador Sidninho (Podemos), volta a debater em audiência pública a flexibilização da Lei nº 9149/16, que regulamenta o exercício da profissão de mototaxista em Salvador. A discussão acontece nesta quarta-feira (25), às 9h, no auditório do Centro de Cultura da Câmara Municipal.

No último encontro, na terça-feira (17), os mototaxistas frisaram que a lei em vigor é muito rígida. Após a audiência pública presidida pelo vereador Sidninho, categoria elaborou uma série de reivindicações para serem encaminhadas à Secretaria de Mobilidade Urbana (Semob).

No documento, a categoria pede para que "os mototaxistas possam efetuar contrato de comodato ou aluguel com o proprietário da moto, dessa forma registrando no Renavam".

Também pede para que não seja apresentado atestado médico de sanidade física e mental emitida no máximo há 30 dias, sendo aceito os exames do laudo do curso. Os mototaxistas afirmam que "quando compra o laudo para fazer o curso, o exame é realizado, tendo validade de quatro anos".

Defende ainda que "não seja padronizada a camisa, somente o colete". A lei manda utilizar camisa de manga longa ou curta na cor amarela com número do prefixo na cor preta.

Sobre a cor da moto, que na lei estabelece uma padronização amarela, os mototaxistas sugerem o uso da cor branca, como são os táxis. A categoria alega que as fábricas não vendem motos amarelas, tendo gastos elevados para pintar na cor exigida e para fazer a alteração do documento do veículo no Detran.

APARTE

Curtinhas

EMUS I

O Centro de Cultura da Câmara abre as suas portas para o projeto "EMUS no Palco", da Escola de Música da Universidade Federal da Bahia. O show Parola Trio acontece nesta quinta-feira (26), às 17h30. O grupo formado por alunos de graduação apresentará música brasileira, jazz e sonoridades latinas.

EMUS II

O Parola Trio é formado por Rodrigo Graça (bateria), Felipe Pires (baixo) e Cadu Dantas (violino). O projeto "EMUS no Palco" foi criado para movimentar a cena musical da cidade, atingindo diversos espaços e públicos. O evento é gratuito.

Criança

A presença de criança em performance artística com nudez, como ocorreu no Museu de Arte Moderna de São Paulo, continua preocupando a vereadora Ireuda Silva (PRB). A parlamentar entende que os pais devem ter o máximo de cuidado ao tratar do assunto. "Uma criança ainda não tem o devido respaldo psicológico e intelectual para lidar com tais situações", afirma.

Saúde em debate

Uma audiência pública requerida pela vereadora Aladilce Souza (PCdoB) vai discutir a política nacional de atenção básica e desmonte do Sistema Único de Saúde. A atividade foi agendada para o dia 31 deste mês, a partir das 8h, no auditório do Centro de Cultura da Câmara.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
O Poder do Cidadão

Criado pela Lei 4.429 de
19 de novembro de 1991

Presidente:
Leo Prates
leoprates@cms.ba.gov.br

1º Vice-Presidente:
Isnard Araújo
isnardaraujo@cms.ba.gov.br

2º Vice-Presidente:
Kiki Bispo
kikibispo@cms.ba.gov.br

3º Vice-Presidente:
Orlando Palhinha
palhinha@cms.ba.gov.br

1º Secretário:
Toinho Carolino
toinhocarolino@cms.ba.gov.br

2º Secretário:
Joceval Rodrigues
jocevalrodrigues@cms.ba.gov.br

3º Secretário:
Tiago Correia
tiagocorreia@cms.ba.gov.br

4º Secretário:
Ana Rita Tavares
anaritatavares@cms.ba.gov.br

Corregedor-Geral:
Edvaldo Brito
edvaldobrito@cms.ba.gov.br

Ouvidor-Geral:
Luiz Carlos Suíca
luizcarlossuica@cms.ba.gov.br

Ouvidora-Substituta:
Cátia Rodrigues
catiarodrigues@cms.ba.gov.br

Secretaria de Comunicação

Secretário-Chefe
José Pacheco Maia Filho
pacheco.maia@cms.ba.gov.br

(71) 3320-0205
(71) 3320-0304
www.cms.ba.gov.br
imprensacms@cms.ba.gov.br
imprensacms@gmail.com

Siga a CMS no twitter!
www.twitter.com/camarasalvador

TV Câmara Salvador Canal 10 do Sim TV

Câmara Municipal de Salvador Praça Municipal - CEP 40020-010
Salvador – Bahia – Brasil

"A Reforma Protestante foi um marco também na educação", diz Lorena Brandão

Vereadora fez a afirmação na sessão especial ocorrida na noite de segunda-feira (23)

"A Reforma Protestante foi um marco também na educação. As grandes universidades americanas, como Yale, Stanford e Havard têm na sua ata de fundação os preceitos da reforma", afirmou a vereadora Lorena Brandão (PSC), na noite de segunda-feira (23), no Plenário Cosme de Farias, durante a sessão especial pelos 500 Anos da Reforma Protestante. O evento foi conduzido pelo presidente da Câmara Municipal de Salvador, Leo Prates (DEM).

Fotos: Valdemiro Lopes



Mesa de trabalho da sessão requerida por Lorena Brandão e dirigida por Leo Prates

Segundo a parlamentar, "há também uma enorme contribuição da Reforma Protestante à educação infantil. Afinal, Lutero produziu o catecismo para as crianças".

Lorena Brandão também destacou "o papel fundamental da Reforma Protestante para a democratização da leitura da Bíblia. Pois antes não havia acesso dos fiéis à Bíblia. A leitura era restrita aos sacerdotes".

O vereador Leo Prates pontuou que "num momento em que as famílias passam tantas dificuldades, é muito importante a realização de uma cerimônia que enaltece os valores cristãos". O presidente da Câmara afirmou ainda que "minha presença aqui é para dar todo apoio a esta celebração tão importante para uma parcela significativa da sociedade".

Já o deputado estadual Heber Santana (PSC) avaliou que "a Reforma Protestante não contemplou apenas uma religião. Trata-se de um fato histórico para toda a história do ocidente nos aspectos morais, éticos e educacionais, por exemplo". Segundo o parlamentar, "esta celebração deve levar a um momento de reflexão sobre os pilares que nos trouxeram até aqui. Portanto, é um momento de reafirmar valores que algumas vezes acabam se perdendo".



Também integraram a mesa do evento o bispo Daniel Sacramento, presidente do Sínodo da Bahia; o bispo Walter Oliveira, da Igreja Luterana do Jardim Baiano; o reverendo Ivan Luna, da Igreja Batista Central de Paripe; o pastor Hélio Sampaio, da Igreja Batista O Senhor é a Paz; André Nunes, representante da Igreja Metodista do Rio Vermelho; o bispo Sebastião Elias e o pastor Elizeu Rocha, representantes do Ministério Internacional Batista do Caminho das Árvores; e o pastor Edésio Chequer, da Igreja Presbiteriana do Brasil.

REFORMA PROTESTANTE

Quando o dominicano Tetzel foi vender indulgências na cidade de Wittemberg, na Alemanha, Martinho Lutero tomou posição contrária. Diante das indulgências, ele afixou na porta da igreja da cidade, em 31 de outubro de 1517, 95 teses ou convites para o debate na comunidade acadêmica, desafiando a autoridade da igreja. Por isso, foi acusado de heresia e chamado a Roma, em 1518, mas recusou-se a ir e manteve suas posições. Em 1519, participou de debate e afirmou que o "infalível" papa podia errar.

A Reforma Protestante foi precedida, nos séculos 14 e 15, por movimentos esporádicos de protestos que surgiram contra os ensinos e práticas da igreja medieval e alguns líderes foram chamados de pré-reformadores, como João Wycliff, João Huss e Jerônimo Savonarola. Eles condenaram superstições, peregrinações, veneração de santos, celibato e as pretensões papais. As informações sobre a Reforma Protestante são do site www.infoescola.com.





Os 70 anos da Fecomércio são celebrados na Câmara

Importância econômica e social da instituição foi destacada pelo presidente da Casa, vereador Leo Prates

Entidade responsável por representar e integrar sindicatos patronais e empresas do comércio da Bahia, a Federação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio-BA) foi homenageada pela Câmara Municipal de Salvador (CMS) pela passagem dos seus 70 anos, completados em 9 de agosto. Durante a sessão especial, realizada na manhã de terça-feira, 24, no Plenário Cosme de Farias, o presidente do Legislativo, vereador Leo Prates (DEM), destacou a importância dos incentivos e isenções fiscais para a atrações de novos investimentos, mas defendeu que isso seja feito com muita transparência.

Fotos: Reginaldo Ipê



Leo Prates presidiu sessão especial em homenagem à Fecomércio

"Neste momento de festa proponho também uma reflexão. A isenção fiscal deve acontecer nesse momento de crise de forma a incentivar o desenvolvimento de novos setores produtivos, mas sempre de forma responsável e transparente. Essa Casa nunca irá faltar ao setor produtivo, ao comércio, mas trabalhamos para que haja uma regulação. Nós não podemos ter uma dicotomia entre poder público e privado e, sim, uma parceria", afirmou Leo Prates.



O presidente da CMS falou ainda sobre o cuidado da Fecomércio-BA em acompanhar as atividades do Legislativo. "Uma gestão sempre atenta aos projetos e iniciativas da Casa, contribuindo com sugestões e observações sobre matérias em andamento, mostrando o entendimento de que o comércio e os serviços afetam a vida da cidade", pontuou.

Em seu discurso, o presidente da Fecomércio-BA, Carlos de Souza Andrade, disse que manterá sempre o diálogo com a Casa para a manutenção de incentivos fiscais que ajudem o setor a crescer no momento de crise atual. "Temos certeza do entendimento da prefeitura e CMS de que os setores produtivos não podem ser penalizados e que sempre haverá um esforço no sentido de apoiar o crescimento da área que mais gera empregos no estado", pontuou. O setor terciário é responsável por 79% dos empregos formais do estado e 71% do Produto Interno Bruto (PIB) baiano.



COMEMORAÇÃO

"Nosso trabalho está muito pautado no social e educação através dos nossos braços sociais que são o Sesc e Senac. Por meio dessas duas instituições nós damos uma grande contribuição para o setor e para a economia e desenvolvimento do estado", ressaltou o presidente da Fecomércio.

O vereador Joceval Rodrigues (PPS) destacou a importância da Confederação na discussão da cidade com o Executivo e Legislativo. "Através de suas Câmaras Temáticas, a Fecomércio está sempre discutindo questões importantes e participando da cidade. É uma instituição consolidada e que possui um grande legado", pontuou o parlamentar.

"Nenhuma entidade chega aos 70 anos se ela não for realmente representativa. A Fecomércio faz esse fomento junto ao governo e entidades privadas para que a geração de emprego e renda se fortaleça no estado", pontuou o vereador licenciado e presidente da Companhia de Governança Eletrônica (Cogel), Alberto Braga.

A Fecomércio-BA foi reconhecida como entidade sindical de segundo grau, no plano estadual, em 9 de agosto de 1947. Desde então, atua na defesa dos interesses dos empreendedores do setor terciário, contribuindo com os poderes públicos e outras esferas da sociedade organizada, na formulação de projetos de lei e desenvolvimento de ações que contribuam direta e indiretamente para o comércio e todo o setor produtivo.

A mesa da sessão especial foi composta, ainda, pelo 1º vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb), Carlos Henrique Gantois, pelo assessor jurídico da Federação de Agricultura do Estado da Bahia, Aurélio Martins, e pelo cônsul da Argentina, Pablo Virasoro. Também participaram da atividade a diretora do Sesc, Marina Almeida, e o diretor do Senac, José Carlos Bulhosa.

Rogéria Santos realiza ação social "Linda Demais"

Parceria com o projeto Mulheres em Ação levou solidariedade a pacientes do Hospital Santa Izabel

Na manhã da sexta-feira (20), a vereadora Rogéria Santos (PRB) realizou o evento Linda Demais, com o apoio do Projeto Mulheres em Ação, no Hospital Santa Izabel. A atividade já acontece há três anos e tem o objetivo de proporcionar às mulheres e crianças com câncer um dia de cuidados pessoais, com o intuito de realçar a beleza natural de cada indivíduo, estimular a autovalorização e despertar a autoestima que por vezes é perdida ao longo do tratamento da doença.



Foto: Assessoria do vereadora

O mês de outubro é caracterizado pelo incentivo ao diagnóstico precoce do câncer de mama. "Nosso objetivo é proporcionar não apenas auxílio a estas mulheres, mas assegurar que elas disponham de uma consciência preventiva", ressaltou a vereadora.

Na Câmara Municipal Rogéria propôs o Projeto de Lei nº404/17, que sugere a criação do Mês Municipal Salvador Outubro Rosa. O projeto visa incentivar o município e as empresas privadas para a importância de alertar sobre os fatores de risco e de prevenções primárias e secundárias de todos os tipos de câncer em mulheres.

AUTOVALORIZAÇÃO

"Este projeto é fantástico, pois nos deparamos com pacientes que teve sua autoestima afetada após o início do tratamento contra o câncer, e este trabalho social possui um alto grau de relevância no processo de autovalorização destas mulheres". Declarou Juliana dos Santos, assistente social.

A legisladora levou a ação ao atendimento de câncer infanto-juvenil Erik Loeff, o ambulatório de quimioterapia do SUS (Sistema Único de Saúde), a Enfermaria Santa Maria, enfermaria feminina que cuida de cânceres em geral, o ambulatório de radioterapia do SUS, e o Instituto Baiano de Câncer (IBC).

"A importância da ação Linda Demais, liderada por Rogéria, aqui no Hospital Santa Izabel, já em seu terceiro ano de parceria, visa proporcionar autoestima para as mulheres que estão em tratamento de câncer, não apenas em câncer de mama, mas todos os tipos que podem acometer o público feminino. E nada mais louvável que trazer este projeto para o hospital no mês de outubro, que é o mês de conscientização do câncer de mama", aprovou Rachel Nascimento, supervisora de marketing do Hospital Santa Izabel.



Durante a realização das atividades foi notório o brilho no olhar e alegria das pacientes. No momento em que se olhavam no espelho, muitas se emocionaram ao ter sua autoestima renovada através da ação Linda Demais.

"Sabemos que a resposta de um tratamento será relativa ao paciente. Quando tratamos de meninas e mulheres, ainda em sua juventude, criamos neste público uma consciência preventiva, que terá o conhecimento do seu corpo. A nossa meta é compartilhar amor e respeito para estes pacientes e despertar o prazer pela vida", finalizou Rogéria.

Vereadora participa do "Outubro Criança"

Atividades promovidas por Rogéria Santos beneficiaram comunidades populares

Em celebração ao mês dedicado a elas, a vereadora Rogéria Santos (PRB) promoveu o projeto "Outubro Criança", que visa proporcionar entretenimento e interação social em comunidades populares. Nos dias 8, 14, 15 e 22 as ações foram realizadas nos bairros de Brotas, Pernambués, Vale das Pedrinhas e Cosme de Farias.

No dia 29 a atividade do projeto será voltada às crianças do Calabetão. "As crianças têm sido



envolvidas em muitas polêmicas, temos visto estes sofrerem diversas atrocidades. E o que temos feito para preservar a pureza destes meninos e meninas?", questiona a vereadora.

E complementa: "Lembrem-se o quanto nós amávamos brincar, pular, saltitar, vibrar e até rir sem motivo algum. Essa é a essência de ser criança. É meu dever, também, trabalhar em favor da garantia dos direitos das crianças e usarei minha força de trabalho na Casa Legislativa para isso".

Plano Plurianual prevê investimentos da ordem de R$ 33,9 bilhões na cidade

Proposta contempla ações para o quadriênio 2018-2021

A Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização da Câmara Municipal de Salvador realizou na manhã de terça-feira (24) a segunda audiência pública para a discussão do Plano Plurianual (PPA) da Prefeitura para o quadriênio de 2018 a 2021. O PPA contempla neste período investimentos por parte do Executivo Municipal e de parceiros da ordem de R$ 33,9 bilhões.

Fotos: Reginaldo Ipê



Audiência pública sobre o PPA foi presidida pelo vereador Tiago Correia

De acordo com o presidente do colegiado de Finanças, Orçamento e Fiscalização, vereador Tiago Correia (PSDB), "o PPA é de extrema importância na medida em que demonstra os caminhos que a Prefeitura vai seguir para alcançar as suas metas".



Segundo o parlamentar, "o PPA estabelece programas de governo cuja implantação vai perdurar por mais de um ano. São ações estratégicas que devem estar voltadas, principalmente, para a população mais carente".

A apresentação do PPA foi realizada por Ana Nery Reis Nogueira, diretora de Orçamento da Casa Civil da Prefeitura. Ela informou que dos R$ 33,9 bilhões de investimentos previstos no PPA; R$ 30,22 são oriundos da Prefeitura e R$ 3,7 milhões são recursos extraorçamentários. "Afinal, o PPA é uma proposta onde o Executivo Municipal, além de investir com seu orçamento, é também fomentador de outras fontes de recursos, como, por exemplo, da iniciativa privada", afirmou.



Moisés Andrade, subsecretário da Casa Civil da Prefeitura, pontuou que "os programas principais contemplados no PPA são relativos à área social. Outro eixo importante é o desenvolvimento econômico, que promove a geração de emprego e renda".



PARTICIPAÇÃO

Também integrante do colegiado, a vereadora Marta Rodrigues (PT) enalteceu a participação de representações de diversos segmentos na audiência pública. "O prazo para apresentação de emendas na Comissão de Finanças é até o dia 27 deste mês. Até findar este prazo, a população pode participar", afirmou. Segundo a parlamentar, "é importante garantir no PPA a inclusão de políticas públicas que contemplem o segmento LGBT e os idosos, por exemplo".

O PPA foi apresentado à Câmara Municipal de Salvador através da Mensagem do Executivo 16/2017. Neste comunicado, o prefeito ACM Neto argumenta que "desde o início do mandato assumimos o compromisso de equilibrar as contas públicas, otimizar os gastos, aprimorar a arrecadação e captar recursos recorrendo a fontes internas e externas".

Segundo o chefe do Executivo Municipal, "ao longo do mandato as finanças foram reequilibradas e a Prefeitura de Salvador resgatou sua capacidade de investimento. Os compromissos de campanha foram se tornando realidade, ainda que sem apoio dos governos federal e estadual".

Também integrou a mesa do evento Dcael Bandeira de Melo, assessor-chefe da Secretaria Municipal da Fazenda (Sefaz).

Audiência Pública discutiu liminar que afeta os profissionais de Enfermagem

Evento da Comissão de Saúde aconteceu na Reitoria da UFBA





Fotos: Assessoria do vereadora

O Salão Nobre da Reitoria da UFBA ficou cheio na manhã de segunda-feira (23). Estudantes e profissionais de enfermagem se reuniram para participar da audiência pública promovida pela Comissão de Saúde da Câmara Municipal de Salvador, por iniciativa da vereadora Aladilce Souza (PCdoB.

A proposta da audiência foi debater a liminar judicial concedida ao Conselho Federal de Medicina e que alterava as competências dos enfermeiros e enfermeiras. O principal ponto era o impedimento desses profissionais de continuarem requisitando exames. Apesar de a liminar ter sido suspensa no final da última semana, o processo segue judicializado.



De acordo com a vereadora e também enfermeira Aladilce, essa mudança afetaria toda a rede de atenção básica da saúde pública. "São os enfermeiros e enfermeiras que fazem o atendimento inicial do pré-natal, e de exames para doenças como tuberculose, hanseníase e DSTs. Portanto, impedir esses profissionais de fazerem a requisição de exames seria desmontar toda a rede de atendimento", afirmou.

Diversos participantes da audiência também puderam se posicionar e relataram a sensação de insegurança nas unidades de saúde em que trabalham. Algumas enfermeiras confirmaram que tiveram que suspender os atendimentos, provocando indignação nos pacientes e risco de descontinuidade nos diagnósticos e tratamento de doenças, como sífilis.

A audiência foi concluída com um ato realizado na frente da reitoria. Os manifestantes apontaram que essa liminar não representa o sentimento de toda a classe médica, mas de algumas entidades. Eles afirmaram que a liminar faz parte de um conjunto muito maior de ataques ao SUS, com o claro objetivo de sucatear a rede de atendimento pública, em benefício da privatização.

Sessão Especial em homenagem aos médicos debaterá "SUS e Democracia"

Em 18 de outubro se comemorou o Dia do Médico e, para homenageá-los, a vereadora Aladilce Souza (PCdoB) promoverá sessão especial na Câmara Municipal. O evento acontecerá nesta quarta-feira (25), às 19 h, no Plenário Cosme de Farias, e contará com palestra do professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA Jairnilson Paim. Considerado um dos maiores pesquisadores sobre o sistema de saúde brasileiro, abordará o tema "O SUS e a Democracia".

Para a vereadora Aladilce, o momento de homenagens pelo Dia do Médico é também uma oportunidade para se discutir o atual contexto político do país e seus impactos na saúde pública. "Desde que assumiu de forma ilegítima, o governo federal vem promovendo uma série de alterações que impactam diretamente o SUS, com o claro objetivo de promover um sucateamento da rede pública", afirmou.

Ela considera fundamental que os médicos tenham conhecimento da real situação do SUS e das mudanças previstas, decorrentes das ações do governo. A sessão contará com a presença de representantes do poder público e de entidades médicas.

Câmara Itinerante discute demandas do Subúrbio

Sessão ordinária externa reuniu vereadores e lideranças comunitárias no Centro Cultural Plataforma

Fotos: Antonio Queirós



Sessão ordinária foi realizada no bairro de Plataforma

A Câmara Municipal de Salvador promoveu, na tarde de segunda-feira (23), no Centro Cultural Plataforma, na Praça São Brás, no bairro de Plataforma, a quarta edição de 2017 do projeto Câmara Itinerante (82ª sessão ordinária do ano). Assim como nas atividades externas anteriores, realizadas na Barra, Monte Serrat e Cajazeiras, os moradores do Subúrbio Ferroviário aproveitaram a aproximação do Poder do Legislativo Municipal para expor as principais demandas das comunidades locais.

Na abertura dos trabalhos, o presidente da Casa Legislativa, vereador Leo Prates (DEM), relembrou do compromisso firmado ao reativar a Câmara Itinerante. "É importante que a política se reaproxime das pessoas. É preciso levar a Casa para perto da população", salientou.



Na ocasião, dez lideranças comunitárias apresentaram as reivindicações mais frequentes, nas áreas de saúde, transporte, cultura e segurança pública.

A falta de vagas e a demora para sepultamentos nos cemitérios da região também entraram na pauta de discussão. Vereador com atuação no Subúrbio, Orlando Palhinha (DEM) lembrou de projeto de sua autoria que prevê a implantação de cemitérios verticais públicos na cidade. "Vai contribuir para diminuir este problema", destacou Palhinha.

Coordenadora do Câmara Itinerante, a vereadora Aladilce Souza (PCdoB) afirmou que o serviço é um exercício de democracia na prática. "O povo está cansado de receber decisões sem discussão", frisou a vereadora, que compôs a Mesa juntamente com Leo Prates e Palhinha.

AUDIÊNCIA

O projeto Câmara Itinerante funciona como uma sessão ordinária realizada fora do Plenário Cosme de Farias, onde os vereadores deliberam sobre problemas das localidades. Após explicar aos presentes o rito da atividade, Aladilce anunciou uma audiência pública que também será realizada no Centro Cultural Plataforma, no próximo dia 29 de novembro. Segundo explicou a vereadora, o evento proporcionará maior participação popular e o registro de outras demandas.

Ao final de mais uma edição do Câmara Itinerante, o presidente Leo Prates ressaltou que todas as reivindicações documentadas na sessão serão encaminhadas aos órgãos responsáveis.

ARTE PERIFÉRICA

Um dos documentos apresentados na sessão foi o do gestor do Centro Cultural Plataforma, Márcio Bacelar, que sugeriu a criação de um fundo de cultura específico para os grupos artísticos da periferia. "Existe um déficit com esses grupos periféricos, já que o trâmite para a participação em editais beneficia grupos de outras partes da cidade", criticou.



Satisfeito com a realização da Câmara Itinerante no bairro, Bacelar parabenizou a iniciativa. "Esta atividade é uma verdadeira ação democrática", definiu.

Ainda participaram do Câmara Itinerante em Plataforma as vereadoras Ana Rita Tavares (PMB), Marta Rodrigues (PT), Ireuda Silva e Rogéria Santos, do PRB; Marcelle Moraes (PV) e Cátia Rodrigues (PHS); além dos vereadores Henrique Carballal (PV), Sílvio Humberto (PSB), Isnard Araújo (PHS), Hilton Coelho (PSOL), Joceval Rodrigues e Beca, do PPS; J. Carlos Filho (SD), Hélio Ferreira (PCdoB), Teo Senna e Ricardo Almeida, do PSC; Felipe Lucas (PMDB), Kiki Bispo (PTB) e Vado Malassombrado (DEM).

Suíca apoia MST e cobra pautas históricas do movimento

Vereador participou de caminhada e reunião na Secretaria de Desenvolvimento Agrário





Fotos: Assessoria do vereador

O vereador Suíca com o deputado federal Valmir Assunção

A jornada de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) completou uma semana de ocupações em diferentes estados da Federação. Na Bahia, a sexta-feira (20) foi marcada por mais protestos e atividades políticas em Salvador, durante reunião na Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agrário (SDR). O vereador e líder do PT na Câmara de Salvador, Luiz Carlos Suíca, participou das atividades junto com o deputado federal e dirigente do MST, Valmir Assunção (PT-BA), para "engrossar as trincheiras de luta do movimento e cobrar pautas históricas, como as ações de infraestrutura para assentamentos e regularização de territórios de acampamentos, além de instrumentos e meios de produção".



O movimento, segundo ele, defende uma série de reivindicações no estado, incluindo a conclusão, reforma, e construção de novas escolas em assentamentos, assim como ações que reforcem a luta por reforma agrária. "O governo de Michel Temer cortou os recursos no orçamento em mais de 90% para valorizar a bancada ruralista e ter seu apoio. Temer paralisou a reforma agrária e inviabilizou a continuidade de inúmeros programas e projetos. Até os carros-pipas foram cortados para quem vive o longo período de estiagem no campo", argumenta.

MORTES

Suíca diz que o governador Rui Costa tem auxiliado o movimento, o que acredita que continuará acontecendo. O vereador petista ainda fala da segurança no campo e cobra mais celeridade nas investigações das mortes de quilombolas, indígenas e trabalhadores rurais em todo o país.

Ele ressalta a importância de se manter a resistência contra determinações do atual governo federal: "O campo precisa produzir, e quem produz o nosso alimento diário é o MST, para isso é preciso incentivo e segurança no campo. É preciso manter-se resistente e lutar por seus direitos".





CÂMARA MUNICIPAL

EXPEDIENTE

1ª SESSÃO LEGISLATIVA
18ª LEGISLATURA

Salvador, 23 de outubro de 2017.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 359/17

Dispõe sobre a alteração do Art. 1º da Lei nº 9.144/2016 de 16 de agosto de 2016, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DECRETA:

Art. 1º - O Art. 1º da Lei nº 9.144, de 16 de agosto de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 1º Fica estabelecido que em todos os novos projetos de construção de posto de combustível com área igual ou superior a 900 m2 conste na planta: banheiro masculino, banheiro feminino, espaço de convivência para os funcionários e os espaços e componentes de que trata o Art. 389, II e III da Consolidação das Leis Trabalhistas, tratada no Decreto Lei nº 5.542, de 1º de maio de 1943, os quais tratam da proteção do trabalho da mulher"
Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 23 de outubro de 2017.
ROGÉRIA SANTOS

JUSTIFICATIVA

Muito embora a Carta Magna assevera que todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, inclusive de sexo, é cediço que a mulher possui tratativas especializadas, dada sua condição de gênero.
Nesse sentido, trazendo para o contexto trabalhista, é comum visualizarmos que várias empresas não obedecem às normas relativas à proteção do trabalho da mulher, trazido com clarividência no Art. 389 da Consolidação das Leis Trabalhistas, in verbis:
Art. 389 - Toda empresa é obrigada: (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)
II - a instalar bebedouros, lavatórios, aparelhos sanitários; dispor de cadeiras ou bancos, em número suficiente, que permitam às mulheres trabalhar sem grande esgotamento físico; (Incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)
III - a instalar vestiários com armários individuais privativos das mulheres, exceto os estabelecimentos comerciais, escritórios, bancos e atividades afins, em que não seja exigida a troca de roupa e outros, a critério da autoridade competente em matéria de segurança e higiene do trabalho, admitindo-se como suficientes as gavetas ou escaninhos, onde possam as empregadas guardar seus pertences; (Incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)
Ora, é, portanto, de bom senso, que o ente público competente atue preventivamente, no sentido de impulsionar que as empresas privadas cumpram o ditame em epígrafe, desde seu projeto arquitetônico, que consubstancia o nascedouro estrutural de determinada pessoa jurídica que futura e estimadamente terá funcionárias em seus quadros de pessoal.

Sala das Sessões, 23 de outubro de 2017.
ROGÉRIA SANTOS

SUBSTITUTIVO DO PROJETO DE LEI Nº 360/17

Dispõe sobre a alteração da Lei nº 8.908, de 14 de setembro de 2015, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DECRETA:

Art. 1º - Incluir os incisos X e XI ao art. 4º da Lei nº 8.908, de 14 de setembro de 2015, com a seguinte redação:
"Art. 4º.
X – incentivar e promover ações que impulsionem a juventude ao empreendedorismo responsável
XI – fomentar a inclusão do jovem na tecnologia da informação e comunicação e conscientizar sobre o uso da rede mundial de computadores, a internet.
Art. 2º - Incluir o Parágrafo Único no art. 4º da Lei nº 8.908, de 14 de setembro de 2015, com a seguinte redação:
Parágrafo Único – Caberá à Secretaria Municipal de Mulheres, Infância e Juventude elaborar e promover políticas públicas de defesa da juventude, com a parceria das demais pastas municipais.
Art. 3º - O Art. 12 da Lei nº 8.908, de 14 de setembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:
~~Art. 12. A Prefeitura Municipal do Salvador deverá promover programas educacional para fomentar o debate da política sobre drogas, educação sexual, educação ambiental, violência urbana, combate à homofobia e respeito à livre orientação sexual, combate à intolerância religiosa e quaisquer outras formas de discriminação.~~
Art. 12. A Prefeitura Municipal do Salvador deverá promover programas educacionais para fomentar o debate da política sobre drogas, prevenção do suicídio, promover a educação sexual e a reprodutiva com o planejamento familiar, promover a educação ambiental, o respeito aos direitos humanos, combate à violência urbana, combate à violência contra a mulher, combate à homofobia, combate ao preconceito racial, respeito à livre orientação sexual, combate à intolerância religiosa e quaisquer outras formas de discriminação.
Art. 4º - Incluir o Parágrafo Único no art. 15 da Lei nº 8.908, de 14 de setembro de 2015, com a seguinte redação:
Parágrafo Único – O Poder Público Municipal envidará esforços para promover políticas públicas efetivas para evitar a gestação precoce, indesejada e não planejada na adolescência, buscando os demais entes federativos para a implementação de ações integradas.
Art. 5º - O Art. 16 da Lei nº 8.908, de 14 de setembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:
~~Art. 16. Todos os jovens têm direito ao acesso a espaços culturais e a expressar as suas manifestações culturais de acordo com os seus próprios interesses e expectativas.~~
Art. 16. Todos os jovens têm direito ao acesso a espaços culturais e artísticos e a expressar as suas manifestações culturais de acordo com os seus próprios interesses e expectativas, respeitada a diversidade alheia e os limites tratados em legislações correlatas.
Art. 6º - O Art. 21 da Lei nº 8.908, de 14 de setembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:
~~Art. 21 Todos os jovens têm direito a plena participação social e política.~~
Art. 21 Todos os jovens têm direito à plena participação social e política, respeitados os limites legais, sem quaisquer interferências na sua decisão político partidária.
Art. 7º - O Art. 27 da Lei nº 8.908, de 14 de setembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:
~~Art. 27 Todo jovem tem o dever de ajudar a amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.~~
Art. 27 Todo jovem tem o dever de ajudar a amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade, tendo este mesmo dever com seus avós e bisavós, se convivente com estes e houver a ausência dos seus pais.
Art. 8º - O caput do Art. 28 da Lei nº 8.908, de 14 de setembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:
~~Art. 28 Todo jovem tem o dever de respeitar e fazer cumprir a Constituição e as Leis, desenvolvendo os seguintes princípios:~~
Art. 28. Todo o jovem tem o dever de respeitar e fazer cumprir a Constituição e as Leis, respeitando os seguintes princípios:
Art. 9º - O caput do Art. 29 da Lei nº 8.908, de 14 de setembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:
~~Art. 29 Todo jovem tem o poder de respeitar e promover os direitos dos demais grupos e segmentos da sociedade soteropolitana e trabalhar pelos seguintes objetivos:~~
Art. 29 Todo o jovem tem o dever de respeitar e promover os direitos dos demais grupos e segmentos da sociedade soteropolitana e trabalhar pelos seguintes objetivos:
Art. 10 – Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 23 de outubro de 2017.
ROGÉRIA SANTOS

JUSTIFICATIVA

A Lei nº 8.908/2015, um importante diploma que ESTABELECE DIREITOS, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM DEFESA DA JUVENTUDE, NO MUNICÍPIO DO SALVADOR.
Todavia, como qualquer ato normativo, é passível de aprimoramento, na medida que não há o engessamento da máquina pública num Estado Democrático de Direito, mormente, quando se trata de aspectos que propiciarão a eficiência da máquina pública.
Nesse sentido, propõe-se a alteração em epígrafe, pois, hodiernamente, as ocorrências evolutivas porque passa toda a sociedade, reflete na vida de todos, mormente, na vida da juventude, pessoas em formação.

Sala das Sessões, 23 de outubro de 2017.
ROGÉRIA SANTOS

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 361/17

Dispõe sobre a alteração da Lei nº 8.646, de 15 de agosto de 2014, e dá outras providências, que DISPÕE SOBRE A NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DOS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, CRIANÇAS E ADOLESCENTES, ATENDIDAS EM ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE PÚBLICOS E PRIVADOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DECRETA:

Art. 1º - A ementa da Lei nº 8.646, de 14 de setembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:
~~DISPÕE SOBRE A NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DOS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, CRIANÇAS E ADOLESCENTES, ATENDIDAS EM ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE PÚBLICOS E PRIVADOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.~~
DISPÕE SOBRE A NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DOS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, CRIANÇAS, ADOLESCENTES, jovens, idosos, gestantes, população em situação de rua e usuários de substâncias psicoativas ATENDIDAS EM ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE PÚBLICOS E PRIVADOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
Art. 2º - O Art. 1º da Lei nº 8.646, de 14 de setembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:
~~Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Salvador, a Notificação Compulsória dos casos de violência contra mulheres, crianças e adolescentes atendidos em estabelecimentos e serviços de saúde, públicos e privados.~~
Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Salvador, a Notificação Compulsória dos casos de violência contra mulheres, crianças, adolescentes, jovens, idosos, gestantes, população em situação de rua, usuários de substâncias psicoativas atendidos em estabelecimentos e serviços de saúde, públicos e privados.
Art. 3º - O Art. 2º da Lei nº 8.646, de 14 de setembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

~~Art. 2º Os profissionais de saúde, no exercício da profissão, bem como os responsáveis por estabelecimentos de serviços públicos e privados de saúde deverão notificar, em formulário oficial, todos os casos de violência contra mulheres, crianças e adolescentes, tipificados como violência física, psicológica ou sexual sofridas dentro ou fora do âmbito doméstico, de natureza intra ou extrafamiliar.~~
Art. 2º Os profissionais de saúde, no exercício da profissão, bem como os responsáveis por estabelecimentos de serviços públicos e privados de saúde deverão notificar, em formulário oficial, todos os casos de violência mulheres, crianças, adolescentes, jovens, idosos, gestantes, população em situação de rua, usuários de substâncias psicoativas, tipificados como violência física, psicológica ou sexual sofridas dentro ou fora do âmbito doméstico, de natureza intra ou extrafamiliar.
Art. 4º - O §2º do Art. 4º da Lei nº 8.646, de 14 de setembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:
~~§ 2º Nos casos de violência contra menores, uma cópia da Notificação, ou relatório que a substitua, deverá ser encaminhada ao Conselho Tutelar, ou para as autoridades competentes, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).~~
§ 2º Nos casos de violência contra crianças e adolescentes, uma cópia da Notificação, ou relatório que a substitua, deverá ser encaminhada ao Conselho Tutelar, ao Ministério Público Estadual, à Delegacia Especializada de Repressão a Crimes contra a Criança e o Adolescente, à Comissão Especial de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Câmara Municipal de Salvador e outras autoridades correlatas tratadas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
Art. 5º - Incluir o inciso II no §3º do Art. 4º da Lei nº 8.646, de 14 de setembro de 2014, com a seguinte redação:
III – Delegacia Especial de Atendimento ao Idoso.
Art. 6º - Incluir os §§ 4º e 5º no Art. 4º da Lei nº 8.646, de 14 de setembro de 2014, com a seguinte redação:
§ 4º Nos casos de violência contra mulheres e gestantes com idade entre 29 e 59 aos, uma cópia da notificação, ou a comunicação, deverá ser encaminhada aos seguintes órgãos:
I – Ministério Público do Estado
II – Delegacia Especial de Atendimento à Mulher - DEAM
III - Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres, Infância e Juventude
IV – Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara Municipal de Salvador
§ 5º Nos casos de violência contra população em situação de rua e usuários de substâncias psicoativas, uma cópia da notificação deverá ser encaminhada aos seguintes órgãos:
I – Ministério Público do Estado
II – Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza
Art. 7º - O Art. 5º da Lei nº 8.646, de 14 de setembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:
~~Art. 5º Todas as pessoas que tiverem acesso aos dados referentes à ficha de notificação compulsória da violência contra a mulher estão sujeitas ao dever de sigilo.~~
Art. 5º Todas as pessoas que tiverem acesso aos dados referentes à ficha de notificação compulsória da violência contra a mulher, a gestante, a mulher em situação de rua, quando vítimas de abuso sexual, e de assédio sexual no ambiente de trabalho, estão sujeitas ao dever de sigilo, sob pena de responsabilização.
Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 23 de outubro de 2017.
ROGÉRIA SANTOS

JUSTIFICATIVA

A Lei nº 8.646/2014, um importante diploma que DISPÕE SOBRE A NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DOS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, CRIANÇAS E ADOLESCENTES, ATENDIDAS EM ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE PÚBLICOS E PRIVADOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
Todavia, como qualquer ato normativo, é passível de aprimoramento, na medida que não há o engessamento da máquina pública num Estado Democrático de Direito, mormente, quando se trata de aspectos que atenderão cidadãos em vulnerabilidade social, como: mulheres, crianças, adolescentes, jovens, idosos, gestantes, população em situação de rua, usuários de substâncias psicoativas.
Nesse sentido, propõe-se a alteração em epígrafe, pois, hodiernamente, as ocorrências negativas vivenciadas e publicizadas na mídia em que são vítimas este público, fazem com que todo o arcabouço legal e normativo dessa parcela da população soteropolitana seja aprimorado.

Sala das Sessões, 23 de outubro de 2017.
ROGÉRIA SANTOS

PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 807/17

Considerando que a Constituição Federal de 1988 no Art. 6º aduz que "São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição";
Considerando que as crianças diagnosticadas com Microcefalia - malformação congênita, em que o cérebro não se desenvolve de maneira adequada - necessitam de constantes cuidados médicos, sessões de fonoaudiologia, odontologia, otorrinolaringologia, fisioterapia e hidroterapia entre outras coisas;
Considerando que os casos de malformação neurológica aumentaram no Brasil por conta do surto do vírus Zika;
Considerando que assim que nascem, as crianças precisam iniciar uma rotina de exames para determinar que tipos de malformação elas têm, qual o nível de comprometimento do cérebro, da visão, da audição, entre outros;
Considerando que os bebês diagnosticados ou com suspeita de microcefalia precisam ser submetidos desde os primeiros meses de vida a intervenções de várias áreas, como fisioterapia, fonoaudiologia, otorrinolaringologia e oftalmologia;
Considerando que para melhorar a qualidade de vida dessas crianças, especialistas avaliam que a estimulação precoce na janela de até três anos de idade é importante para reduzir o nível de comprometimento causado pela malformação.
Considerando que as famílias cadastradas no Sistema Único de Assistência Social (Suas) devem ser as principais beneficiárias do Centro especializado no tratamento de crianças diagnosticadas com microcefalia de 0 a 12 anos, dentro da estrutura do Hospital Municipal de Salvador, fornecendo também o atendimento e acompanhamento aos familiares diretamente envolvidos;
Considerando que o Centro deverá também oferecer o apoio e o atendimento social necessário ás grávidas a partir do momento do diagnóstico de microcefalia.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

INDICA:

ao governador, por meio da Secretaria de Saúde, que realize estudo de viabilidade para verificar a possibilidade de planejar a criação de um Centro especializado no tratamento de crianças diagnosticadas com microcefalia, dentro da estrutura do Hospital da Mulher, voltado para atendimento às crianças de 0 a 12 anos e fornecer apoio grávidas cujos fetos forem diagnosticados com a síndrome de microcefalia.

Sala das Sessões, 23 de outubro de 2017.
ROGÉRIA SANTOS

ATA

4ª SESSÃO DO PROJETO CÂMARA ITINERANTE E 82ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 1º PERÍODO LEGISLATIVO DA 18ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 23 DE OUTUBRO DE 2017.

PRESIDENTE: VEREADOR LEO PRATES
1º SECRETÁRIO: VEREADOR OLANDO PALHINHA (*ad hoc*)
2ª SECRETÁRIA: VEREADORA ALADILCE SOUZA (*ad hoc*)

Compareceram os senhores vereadores: ALADILCE SOUZA, ALEXANDRE ALELUIA, ANA RITA TAVARES, BECA, CÁTIA RODRIGUES, EDVALDO BRITO, FELIPE LUCAS, HÉLIO FERREIRA, HENRIQUE CARBALLAL, HILTON COELHO, IREUDA SILVA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, JOSÉ CARLOS FILHO, KIKI BISPO, LEO PRATES, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELLE MORAES, MARTA RODRIGUES, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, RICARDO ALMEIDA, ROGÉRIA SANTOS, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA e VADO MALASSOMBRADO, estando licenciados os vereadores DUDA SANCHES e LUIZ CARLOS DE SOUZA. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão em Plataforma referente ao Subúrbio Ferroviário e Ilhas, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Ofício n. 151/17 do Gabinete do Prefeito encaminhando Veto parcial ao Projeto de Lei n. 327/17; Ofício n. 14.564/17 do Gabinete do Governador do Estado; Ofício n. 2.162/17 da Presidência da Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA); Substitutivos aos Projetos de Lei n.s 359 a 361/17 da vereadora Rogéria Santos; Projetos de Resolução n.s 111/17 do vereador Tiago Correia, 112/17 do vereador Henrique Carballal, 113/17 do vereador Kiki Bispo, 114/17 do vereador Maurício Trindade e 115/17 do vereador Cezar Leite; Projetos de Indicação n.s 802/17 da vereadora Lorena Brandão, 803/17 do vereador Henrique Carballal, 804/17 do vereador Maurício Trindade, 805 e 806/17 do vereador Toinho Carolino e 807/17 da vereadora Rogéria Santos; e Requerimentos de Utilidade Pública n.s 101/17 do vereador Edvaldo Brito, 102/17 do vereador Moisés Rocha, 103/17 do vereador Henrique Carballal, 104/17 do vereador Atanázio Júlio e 105/17 do vereador Leo Prates. Terminada a leitura do Expediente, o senhor presidente saudou os presentes ao Centro Cultural de Plataforma e declarou-se honrado em estar no Subúrbio Ferroviário, região que reputou uma das mais politizadas da Cidade e onde pretendia, portanto, promover os debates necessários, com respeito e parcimônia. Mencionou o recorde, da CMS, de 90 sessões ordinárias realizadas num ano, o qual estava perto de ser superado, e disse que seu sonho era realizar 100 sessões. Comentou sobre a atuação de edis no bairro de Plataforma e região; esclareceu que o evento não era uma audiência pública, mas, uma Sessão; e explicou o procedimento da Sessão e a ordem das falas, em que se intercalariam representantes da comunidade e vereadores. Elogiou a atuação da vereadora Aladilce Souza como coordenadora da Câmara Itinerante, por resgatar um modelo que aproxima a Casa das pessoas, e contou sobre seus receios antes de se iniciarem as sessões itinerantes, motivados por haver escutado que elas eram propensas a animosidades. Disse ter sido surpreendido pelo sucesso das sessões e elogiou o senhor Renato Jorge, profissional também responsável por esse projeto. A vereadora Aladilce Souza também ressaltou a aproximação da Casa com a comunidade e, ainda, a soberania popular prevista na Constituição, observando que ela nem sempre é vista na prática, ficando o povo alheio às decisões políticas. Afirmou que esta Sessão traduzia a prática democrática, que envolve a representação política, e ponderou que o mandato conferido a ela e outros não era uma carta-branca. Comentou sobre a pluralidade política da CMS e sobre como a população pode participar dos seus trabalhos, explicando que, nesta Sessão, seriam levantados os problemas da região, e informou sobre audiência pública que também seria realizada no bairro, em 29 de outubro. Agradeceu ao subprefeito Márcio Sampaio e a todas as lideranças que colaboraram para esta realização, explicando que ela também contemplaria a bandeira da saúde. O senhor presidente associou-se e agradeceu também ao ex-subprefeito da região, Sosthenes Macedo, que não pôde comparecer à ocasião, e comentou sobre a participatividade no orçamento, incentivando a realização de curso a esse respeito. Em seguida, abriu a palavra às lideranças comunitárias inscritas. Primeiro orador, o senhor José Souza dos Santos, líder comunitário de Paripe, saudou os edis Aladilce Souza e Hélio Ferreira, e disse que os políticos se aproximavam da comunidade na hora de angariar votos, mas, depois, distanciavam-se. Pediu que houvesse uma maior parceria, afirmando que os moradores da região ali estavam para somar, mais que criticar, sendo as eventuais críticas construtivas. Enumerou questões ainda não resolvidas em Paripe, como: a reforma do cemitério; o funcionamento do posto de saúde, onde não costuma haver médicos; a insuficiência de transporte; e a precariedade do equipamento esportivo, que poderia dar aos jovens um caminho e afastá-los das más possibilidades. Apelou aos edis sobre um problema em São Tomé de Paripe,

destacou a importância do debate político e concluiu dando boas-vindas aos vereadores. O senhor Reginaldo Barbosa Sampaio, da Associação Sociocultural Boa-Fé de Itacaranha, elogiou a vereadora Marcelle Moraes e saudou os demais edis. Considerou que o prefeito poderia atender melhor aos anseios do Subúrbio. O senhor Ariosvaldo Costa de Araújo, da Associação de Moradores de Plataforma, agradeceu pela ida da CMS ao bairro e apresentou a entidade que representa. Em seguida, comentou sobre dificuldades na área da saúde e contou já terem tido audiências com os secretários municipal e estadual a respeito. Contou, ainda, que o Estado havia solicitado a transferência, para a Prefeitura, do posto de saúde da região e que Plataforma não tinha cobertura do Programa Saúde da Família. Criticou a desassistência no Subúrbio e o fato de o terreno para implantação da unidade ter sido inaugurado, mas as obras estarem paradas. Disse que o serviço de lancha para a Ribeira precisava funcionar e que era necessário ônibus para a Estação Pirajá. Pediu que os vereadores ajudassem e fossem mais presentes na comunidade, e concluiu afirmando que não podiam aceitar regulação para cemitério. O senhor presidente explicou o objetivo da Sessão Itinerante, os papéis do Legislativo e do Executivo, e a atuação do vereador, lembrando que eles têm obrigações regimentais. A vereadora Aladilce Souza complementou, afirmando que os vereadores cobrariam ações da Prefeitura. O senhor presidente agradeceu à Ouvidoria da CMS e à Polícia Militar. O senhor Átila Santana Teixeira, líder comunitário, também comentou sobre as demandas da saúde no Subúrbio e criticou o serviço de regulação e o fechamento de unidades. Também discorreu sobre a segurança pública, afirmando que o Subúrbio era um dos locais mais violentos, e pediu que a questão fosse levada ao chefe do Executivo estadual. Anunciado o próximo orador, a vereadora Aladilce Souza agradeceu-lhe pela cessão do espaço, havendo o senhor presidente se associado. O senhor Márcio Luiz Bacelar, coordenador do Centro Cultural de Plataforma e membro do Fórum de Arte e Cultura do Subúrbio, apresentou o espaço e ressaltou a gestão participativa que nele vigora, que disse ter se tornado referência graças à atuação do Fórum. Em seguida, anunciou três demandas: o estímulo à qualificação artística, a inserção de artistas locais e a criação de um fundo de fomento à cultura para a Periferia. Pediu que houvesse mais investimentos em formação técnica e que programações culturais fossem levadas aos bairros. Afirmou que a forma como os recursos públicos são repassados aos artistas, através dos editais, não permitem que os grupos da Periferia concorram em condições de igualdade, e explicou como se daria o fundo sugerido. Por fim, agradeceu pela realização da Sessão Itinerante, na figura do coordenador Renato Jorge. O vereador Orlando Palhinha agradeceu ao senhor presidente pela Sessão e contou sobre mandado de segurança que impetrou contra o Governo do Estado a respeito do fechamento da UPA de Escada. Disse ter feito convite ao secretário responsável pela travessia Salvador-Mar Grande e verificado que o contrato de seguro das embarcações estava vencido, e explicou que se tratava de item inerente à execução do serviço. Contou sobre ações de pavimentação promovidas, inclusive, por emendas suas, e sobre seu Projeto para verticalização dos cemitérios, destacando que esses equipamentos não representam um favor, mas sim, um direito inerente aos cidadãos. A vereadora Ana Rita Tavares saudou Fabrício Cumming, artista, e Jorge Pimenta, que a ajudara com o Castramóvel, ambos de atuação no Subúrbio. Contou sobre seu trabalho na região, onde destacou as realizações do edil Orlando Palhinha, e relatou resgates e outras ações promovidas pela saúde animal. O vereador Hilton Coelho, referindo-se à fala do edil Orlando Palhinha, afirmou que não se poderia fechar uma UPA e comentou sobre a situação de outras unidades de saúde, relatando um saque havido em uma delas. Considerou que a responsabilidade pela questão era também da Prefeitura, afirmando que, a ela, cabia fazer algumas UPAs funcionarem, e contou visita à UPA de Periperi, onde não havia, sequer, antitérmico. Observou que muitos professores não eram de carreira, mas, contratados por Regime Especial do Direito Administrativo (REDA), o que os impedia de falar sobre a precariedade em que trabalhavam, e contou sobre a não-realização, pelo prefeito, de eleição para gestor nessa área, o que desrespeitava lei. A vereadora Marta Rodrigues saudou a todos em nome de alguns presentes. Em seguida, contou que ela e outros vereadores da Oposição já haviam feito o trajeto de ônibus até a Estação da Lapa e puderam viver o que os moradores falavam quanto à precariedade do serviço. Disse que iriam encaminhar essa demanda, bem como as da Saúde, aos gestores responsáveis e que não aceitaria a nomeação de diretores escolares *pro tempore*, defendendo as eleições. Por fim, afirmou que a Cultura é uma área estratégica e importante, e parabenizou o senhor Márcio Bacelar. O vereador Felipe Lucas parabenizou a todos pela Sessão Itinerante e disse que começou sua carreira no Subúrbio, na Secretaria de Infraestrutura, através da qual conheceu as áreas de risco da Cidade, cuja maioria se encontra na região. Agradeceu os votos ali recebidos e comentou algumas das ações realizadas na área que foram fruto de sua atuação enquanto vereador, como a pavimentação de 26 ruas e a construção de uma quadra. Disse que vinha, periodicamente, reforçando o pleito para recuperar a Ladeira da Gameleira, elogiou a atual gestão e voltou a agradecer pela confiança nele depositada. O senhor presidente agradeceu à Secretaria de Segurança Pública pelo apoio. A senhora Plícia da Silva Sena, líder comunitária de Paripe, chamou a atenção dos edis sobre a saúde, pedindo mais carinho com a população e, ao prefeito, aparelhamento para se atenderem as demandas dessa área, e relatou as insuficiências vividas. Declarou-se honrada em ser do Subúrbio Ferroviário e leu texto sobre a coragem e a luta dos suburbanos, sua falta de representatividade e visibilidade, e a diversidade de perfis nessa população. Concluiu citando Cora Coralina sobre o caminhar e o colher. O senhor presidente elogiou a oradora, dizendo que ela trazia o tipo de debate desejado. O senhor Sullivan Santos, presidente da Associação Caravana Cultural dos Alagados, saudou o vereador Sílvio Humberto e mencionou os nomes de lideranças. Criticou a Câmara Itinerante, afirmando que ela atendia a interesse político e não ouvia a comunidade. Contou sobre sua múltipla atuação como líder comunitário e comentou sobre: as obras da Prefeitura, como praças que eram inauguradas e não recebiam manutenção: o Castramóvel, afirmando que seu funcionamento dependia de se recorrer a uma vereadora; e os cemitérios. Disse que o povo não era "otário" e pediu atenção. Pediu ainda que, na audiência pública, a população fosse mais ouvida e que o senhor presidente estivesse nela presente, afirmando que ele atuava para as elites. O senhor presidente disse que o respeitava como faz a todos e que não precisava agredir ninguém para se destacar. Considerou ofensa o modo como o orador se referira à Câmara Itinerante, reexplicando ser ela um projeto antigo e contando sobre medidas de probidade e rigor financeiro adotadas no âmbito da CMS. Dedicou o evento à oradora seguinte, explicando a grande contribuição dada por ela para a realização da Sessão. Com a palavra, a Pastora Rita, líder comunitária, elogiou o Projeto de verticalização dos cemitérios do vereador Orlando Palhinha e a perspectiva de assistência social nas escolas, explicando que, pela ideia, cada escola contaria com um profissional dessa área. Contou sobre o Cineteatro de Plataforma e de entidade apartidária e não-religiosa em que atua, e pediu projeto para jovens que lhes trouxesse uma efetiva política e não, apenas, resultados pontuais. Contou ter sido moradora de rua e usuária de drogas e ter se reabilitado havia 22 anos; convidou para a Conferência Estadual de Assistência Social, na qual se discutiriam políticas efetivas; e comentou sobre a corrupção vista na política, afirmando que ela é igualmente praticada pelo cidadão que comete infrações como a de furar fila. Concluiu elogiando os edis e declarando se sentir representada pela CMS. O senhor presidente agradeceu as palavras da oradora. O senhor Arnaldo Anselmo, presidente da Associação Quilombo Nova Constituinte, defendeu o resgate da Fundação Cidade-Mãe, a qual elogiou, ressaltando a importância de se implantarem programas sociais voltados às crianças. Em seguida, afirmou que 52 ruas da região não recebem correspondência por falta de logradouro e pediu que essa situação fosse resolvida. Lamentou só haver uma linha de transporte até a Calçada e pediu que a única escola da região também funcionasse à noite. Por fim, disse que entregaria à CMS um documento contendo 18 itens e que a Casa os representava bem. A vereadora Aladilce Souza observou que era bom as entidades entregarem algo por escrito e pediu que as demais entidades, se possível, assim procedessem. O senhor presidente reforçou o pedido, lembrando, porém, que tudo estava sendo registrado e seria encaminhado às autoridades através de um ofício. Em seguida, anunciou o último orador, que não compareceu, e, não havendo suplente inscrito, deu continuidade à Sessão. O vereador Sílvio Humberto valorizou o espaço de exercício de cidadania, afirmando ser algo que deveria ser constante, e ressaltou a qualidade das intervenções. Avaliou que levar a CMS aos bairros era reconhecer a todos o direito à cidade e declarou que a Comissão de Cultura estava à disposição, afirmando que a cultura deve ser um eixo estruturante do desenvolvimento socioeconômico. Mencionou a violência e os índices de homicídio entre a juventude negra e pobre, e destacou o papel da cultura no enfrentamento a isso. Por fim, disse que a decisão sobre os cemitérios é uma decisão política, e afirmou que a verticalização deles, por exemplo, deveria vir antes da recuperação de praças. O vereador Hélio Ferreira disse que, enquanto não saíam os projetos mencionados nos debates, deveriam trabalhar por intervenções mais imediatas. Deu exemplos a respeito, como o da Estação Pirajá, opinando que nela se criasse uma linha provisória enquanto não se estabeleciam as mudanças desejadas. Comentou sobre outros aspectos relativos a transporte e mobilidade, e colocou-se, como presidente da Comissão de Transporte, à disposição da comunidade para a construção de uma pauta. Concluiu pedindo interlocução com o Executivo para se atender a demandas. A vereadora Rogéria Santos disse que trabalhava no Subúrbio, cuja extensão destacou, e que a CMS fazia uma gestão diferente, na qual a voz dos cidadãos tinha importância e poderia se traduzir em realizações. Ponderou que os vereadores têm limites de competência em relação às competências do Executivo e do Governo do Estado e elogiou alguns oradores, como o senhor Arnaldo Anselmo, afirmando que as pessoas de bom-senso entendiam o recado dado pela Casa. O senhor presidente pediu ao senhor Márcio Bacelar que trouxesse projeto de sua autoria para ser apreciado pelos edis. A vereadora Aladilce Souza destacou que a CMS é casa política, pela qual passam as questões do povo, e pontuou se estar vivendo uma crise política, que dava margem a se pensar que todo político é igual e que não vale a pena fazer política. Disse haver desconstrução do estado, salientando a questão do trabalho escravo, a qual via ser agravada pelo Presidente Temer, a quem chamou de "golpista", e a quem atribuiu uma tentativa de destruir o Sistema Único de Saúde (SUS). Disse ainda que tudo isso se fazia sentir no município, dimensão onde as pessoas vivem sua realidade. Elogiou oradores, destacando a Pastora Rita e dizendo que as vereadoras lutavam pelas mulheres, e propôs que o senhor presidente chamasse as gestões de Saúde do Município e do Estado para se resolverem as questões da Cidade, propondo que houvesse comissão suprapartidária, na Casa, para esse fim. Comentou sobre a audiência pública a ser realizada no bairro, dizendo que, nela, seria tratada a questão dos cemitérios e afirmando ser essa uma questão de dignidade. Concluiu elogiando a Sessão Itinerante. O senhor presidente confirmou a realização da audiência pública no dia 29, pela manhã, neste mesmo espaço, e agradeceu ao senhor Márcio Bacelar pela entrega do que seria o esboço de um Projeto de Lei, bem como aos líderes participantes da Sessão. Disse que se vivia uma crise de valores e destacou os vereadores como pessoas de bem, e retomou referência às sessões realizadas, comparando números de anos distintos e mostrando o alto índice construído neste ano, o que relacionou à ideia de os vereadores fazerem o trabalho para o qual foram eleitos, algo também visto na quantidade e constância de votações realizadas. Disse que, no ano seguinte, seria inaugurado o processo legislativo digital, o qual democratizaria o acesso à informação. Agradeceu a todos, especialmente ao povo do Subúrbio, e também ao corpo funcional da CMS atuante na Sessão, cuja Ata, explicou, seria disponibilizada em seguida. Respondendo a pergunta de cidadão, esclareceu que o reajuste de tarifa do transporte não se daria mais por lei, e sim, por decreto. Por fim, agradeceu a todos e declarou encerrada a Sessão Itinerante.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO

EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA

VEREADOR (A) LICENCIADO (A)	PERÍODO	FUNDAMENTAÇÃO
JOSÉ TRINDADE	23/10/2017	Art.17, inciso III, Res. 910/91 (Compilação)
LUIZ CARLOS SUÍCA	24 e 25/10/2017	Art.17, inciso III, Res. 910/91 (Compilação)
TIAGO CORREIA	23 e 25/10/2017	Art.17, inciso III, Res. 910/91 (Compilação)

PROGRAMAÇÃO

TV CÂMARA SALVADOR

FUNDAÇÃO COSME DE FARIAS

Assista à TV Câmara Salvador pelo canal 10 da Sim TV e pelo canal aberto 61.4, em sinal digital.

Quarta-feira, 25 de Outubro de 2017

	PROGRAMA	Sinopse
12h00	PASSAPORTE DE SERVIÇOS - HEMOBA	Confira a repórter Ayana Simões em visita à Fundação de Hematologia e Hemoterapia da Bahia (HEMOBA).
12h23	SOM NA CAIXA - PEDRO DE MORAIS	O artista interpreta "As Rosas Não Falam", composição do sambista "Cartola", lançada na década de 1960.
12h26	ADIVINHA ONDE É? - MUSEU DA MÚSICA	A repórter Pâmela Lucciola vai ao museu no Pelourinho com Russo Passapusso, da banda Baiana System.
12h50	CÂMARA PRÁTICA – BRINCADEIRAS INCLUSIVAS	Em matéria na Praça Municipal aprenda com a repórter Mia Lopes a brincadeira "Quebra Cabeça de Sinais".
12h53	EXTRA-ORDINÁRIO - JOSÉ EDUARDO (BOCÃO)	"Novas Formas de Comunicação" é pauta entre os jornalistas José Eduardo, Osvaldo Lyra e Liana Cardoso.
13h16	GOSTO, DETESTO - ESPETÁCULO INFANTIL	Veja com a repórter Samara Castro a preferência do povo sobre esta forma de apresentação para crianças.
13h19	PASSAPORTE DE SERVIÇOS - PERSONAL STYLIST	Osvaldo Lyra, Mia Lopes e André Luís vão a shopping da cidade em busca de roupas com formas ideais.
13h42	CÂMARA PRÁTICA - DEFESA CONTRA FACA	Na reportagem de Rogério Aquino com instrutor de defesa marcial aprenda a proteger- se pessoalmente.
13h45	ADIVINHA ONDE É? - CENTRO GEMOLÓGICO	Liana Cardoso visita o Centro Gemológico da Bahia (CGB), único laboratório de certificação e autenticidade de pedras preciosas do Norte-Nordeste, guiada por Geraldino Almeida Filho, administrador deste local.
14h08	SOM NA CAIXA - ALMAZEN	Ouça a banda baiana no programa "Som na Caixa" com a música "No Chão", composição de Fred Aquino.
14h11	SEM PEGADA - VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER II	Mia Lopes e os psicólogos Romero Magalhães e Silvana Bartilotti em análise do tema "O que é abuso? ".
14h30	OPINIÃO - POMBOS DA PRAÇA MUNICIPAL	Confira na matéria as descrições do historiador Nelson Cadena com o tema "Pombos da Praça Municipal.
14h33	EM PAUTA - AO VIVO	Confira no programa um breve bate-papo ao vivo antes da Sessão Ordinária, com os mais diversos assuntos da cidade, ao vivo, direto do Plenário Cosme de Farias na Câmara Municipal de Vereadores de Salvador.
15h00	SESSÃO ORDINÁRIA - AO VIVO	Confira a transmissão ao vivo da Sessão Ordinária, diretamente do Plenário da Câmara Municipal de Salvador. Nesta sessão, os vereadores irão debater diversos assuntos de interesse da cidade de Salvador.
17h00	EXTRA-ORDINÁRIO - ACADEMIA DEMOLIÇÃO	Osvaldo Lyra e Mia Lopes fazem aula da arte marcial tailandesa "Muay Thai" com o mestre Marcos Araújo.
17h23	SOM NA CAIXA - JIMMY RICKMAN	O intérprete apresenta-se cantando "Castelle On The Hill", música internacional do artista Ed Sheeran.
17h26	PASSAPORTE DE SERVIÇOS - HMG	André Luis vai ao Hospital Martagão Gesteira (HMG) em visita com Antônio Novaes, diretor administrativo.
17h50	OPINIÃO - SITUAÇÃO POLÍTICA DA VENEZUELA	Conheça o ponto de vista do cientista social Roderick Navarro com o tema "Situação Política da Venezuela".
17h53	DOCUMENTÁRIO - CARYBÉ	O jornalista José Barreto apresenta os fatos e informações deste ilustre artista plástico contemporâneo.
18h16	SOM NA CAIXA - ALÊ SANTANA	Veja e ouça o artista Alê Santana estreando hoje no "Som na Caixa" com a composição autoral "Pacificar".
18h20	ADIVINHA ONDE É? - IGREJA DE SÃO BENTO	Confira quem conhece a Igreja de São Bento em visita da repórter Mia Lopes a este templo "Beneditino".
18h43	CÂMARA PRÁTICA - COMO AFINAR VIOLÃO	Em reportagem de Rogério Aquino aprenda "como afinar violão", este instrumento muito usado na música.
18h48	EXTRA-ORDINÁRIO - VER. MARTA RODRIGUES	"Educação e Escola" é o tema hoje entre a vereadora Marta Rodrigues (PT), Osvaldo Lyra e Ayana Simões.
19h10	OPINIÃO - RESPEITO AOS MAIS VELHOS	"Ari de Oxalá", zelador da "Gruta de São Lázaro", relata sua visão sobre o tema "Respeito aos Mais Velhos".
19h13	GOSTO, DETESTO-GANHAR ROUPA DE PRESENTE	A repórter Liana Cardoso confere nas ruas com as pessoas, quem gosta de "Ganhar Roupa de Presente".

*** Programação sujeita a alteração sem aviso prévio.**